

PESO PARA O CONSUMIDOR

Imposto: o que está por trás da conta de luz

12.08.2012



113.478 pessoas curtiram isso.



1



2



Segundo entidades representativas do setor elétrico, passa da metade da fatura o que se paga em tributos

Quando você aperta o interruptor da sua casa para acender a luz ou liga a TV ou o aparelho de som na tomada, você tem noção de quanto há embutido em encargos e impostos na tarifa de energia? E as empresas, será que elas conseguem dimensionar quanto do seu consumo mensal de eletricidade vai para os cofres governamentais em tributos? Não? Pois saiba que, atualmente, quase a metade da conta de luz que se paga no Brasil corresponde a essa parcela.



O governo federal está analisando todos os componentes da estrutura tarifária do setor elétrico e deve anunciar, nos próximos dias, medidas para desoneração, o que deve baratear o preço final da energia FOTO: HONÓRIO BARBOSA

Segundo estudo da consultoria Price

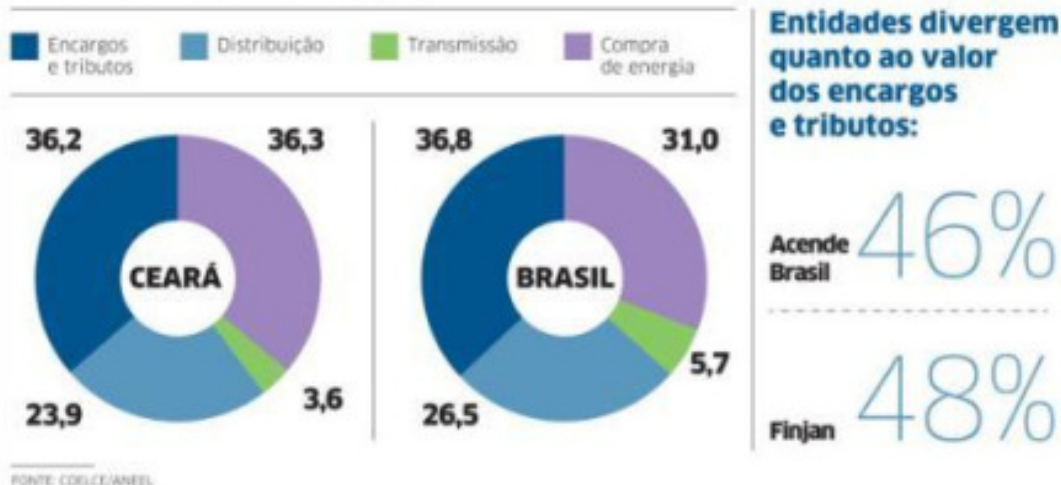
Waterhouse e Coopers em parceria com o Instituto Acende Brasil, em média, 46% do valor que o brasileiro desembolsa pela eletricidade que consome corresponde aos tributos e encargos que incidem sobre o setor. O cálculo é de 2009, porém estudos mais recentes, como do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) acenam para o patamar de 48%, o que coloca o País com uma das energias mais caras do planeta.

Distorções

Essa conta, de acordo com os especialistas, gera distorções que comprometem o desenvolvimento do setor elétrico e da própria economia nacional, pois encarece a energia para todos os consumidores, sobretudo para as famílias de menor renda, para as quais a conta de luz é mais representativa no orçamento familiar; assim como para as empresas que necessitam do insumo para produzir e prestar serviços para a população.

COMPOSIÇÃO

Cálculo da tarifa (%)



Não é de hoje, portanto, a discussão sobre a pesada carga tributária que incide sobre não só a energia, mas sobre outros serviços essenciais para o funcionamento do País. Sobretudo, em momentos de desaceleração econômica como agora, quando o governo federal se vale de pacotes e iniciativas de estímulo para garantir um melhor desempenho da economia, desonerando setores como a indústria.

Proposta

Dessa forma, reduzir impostos, eliminar encargos setoriais e determinar tarifas mais baixas com a renovação das concessões do setor elétrico são algumas alternativas do governo federal para diminuir o custo da energia no País, principal insumo para muitos e importantes segmentos da indústria brasileira.

Conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os custos da energia são divididos da seguinte forma: geração (32,4%), transmissão (6,4%), distribuição (24,1%), encargos setoriais (10,2%), impostos federais (5,2%) e imposto estadual (21,7%), no caso, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Viabilidade

Diante desse quadro, e pelas declarações do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o governo federal está analisando todos os componentes da estrutura tarifária do setor.

Na avaliação dos analistas de mercado, o mais viável para uma redução a curto prazo seriam os impostos federais que incidem sobre a energia: PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Mas a União quer mais, pois já sinalizou que também pretende que as unidades da federação venham a mexer no imposto que lhes cabe.

<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1169541>

Segundo entidades representativas do setor elétrico, passa da metade da fatura o que se paga em tributos

Quando você aperta o interruptor da sua casa para acender a luz ou liga a TV ou o aparelho de som na tomada, você tem noção de quanto há embutido em encargos e impostos na tarifa de energia? E as empresas, será que elas conseguem dimensionar quanto do seu consumo mensal de eletricidade vai para os cofres governamentais em tributos? Não? Pois saiba que, atualmente, quase a metade da conta de luz que se paga no Brasil corresponde a essa parcela.

O governo federal está analisando todos os componentes da estrutura tarifária do setor elétrico e deve anunciar, nos próximos dias, medidas para desoneração, o que deve baratear o preço final da energia

Segundo estudo da consultoria Price Waterhouse e Coopers em parceria com o Instituto Acende Brasil, em média, 46% do valor que o brasileiro desembolsa pela eletricidade que consome corresponde aos tributos e encargos que incidem sobre o setor. O cálculo é de 2009, porém estudos mais recentes, como do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) acenam para o patamar de 48%, o que coloca o País com uma das energias mais caras do planeta.

Distorções

Essa conta, de acordo com os especialistas, gera distorções que comprometem o desenvolvimento do setor elétrico e da própria economia nacional, pois encarece a energia para todos os consumidores, sobretudo para as famílias de menor renda, para as quais a conta de luz é mais representativa no orçamento familiar; assim como para as empresas que necessitam do insumo para produzir e prestar serviços para a população.

Não é de hoje, portanto, a discussão sobre a pesada carga tributária que incide sobre não só a energia, mas sobre outros serviços essenciais para o funcionamento do País. Sobretudo, em momentos de desaceleração econômica como agora, quando o governo federal se vale de pacotes e iniciativas de estímulo para garantir um melhor desempenho da economia, desonerando setores como a indústria.

Proposta

Dessa forma, reduzir impostos, eliminar encargos setoriais e determinar tarifas mais baixas com a renovação das concessões do setor elétrico são algumas alternativas do governo federal para diminuir o custo da energia no País, principal insumo para muitos e importantes segmentos da indústria brasileira.

Conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os custos da energia são divididos da seguinte forma: geração (32,4%), transmissão (6,4%), distribuição (24,1%), encargos setoriais (10,2%), impostos federais (5,2%) e imposto estadual (21,7%), no caso, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Viabilidade

Diante desse quadro, e pelas declarações do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o governo federal está analisando todos os componentes da estrutura tarifária do setor.

Na avaliação dos analistas de mercado, o mais viável para uma redução a curto prazo seriam os impostos federais que incidem sobre a energia: PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Mas a União quer mais, pois já sinalizou que também pretende que as unidades da federação venham a mexer no imposto que lhes cabe.

Mas o que, de fato, pode ser feito para reduzir a conta de energia no Brasil? Será que dessa vez o consumidor sairá beneficiado? Ao mesmo tempo, a partir do setor elétrico, as portas ficarão abertas para que outros serviços, como a telefonia, por exemplo, posteriormente venham a ser desonerados?

Para responder a estas questões o Diário do Nordeste procurou especialistas em energia e representantes do setor produtivo, na tentativa de encontrar uma luz no fim do túnel.

ANCHIETA DANTAS JR.

REPÓRTER

Gráfico:

Composição

Cálculo da tarifa

Ceará: 36,2% Encargos e tributos

23,9 % Distribuição

3,6% Transmissão

36,3% Compra de energia

Brasil: 36,8% Encargos e tributos

26,5% Distribuição

5,7% Transmissão

31,0% Compra de energia

Entidades divergem quanto ao valor dos encargos e tributos:

Acende Brasil 46%

Finjan 48%

Fonte: Coelce/Aneel